PROJETO DE LEI Nº   , DE 2013**(Do Sr. Jonathan de Jesus)**

Altera o Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei amplia os benefícios tributários atualmente vigentes no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados, das contribuições ao PIS/PASEP e da COFINS, no caso de produtos produzidos no Estado de Roraima.

Art. 2º O art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de Dezembro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º No caso de estabelecimentos localizados no Estado de Roraima, o disposto neste artigo se aplica a todos os produtos sujeitos à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.” (NR)

Art. 3º Os artigos 14 e 14-A da Lei nº 10.865, de 30 de Abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. ....

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às importações, efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus ou no Estado de Roraima, de bens a serem empregados na elaboração de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem destinados a emprego em processo de industrialização por estabelecimentos ali instalados,

OB1E975B08

OB1E975B08

consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata o art. 5º-A da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

.....

Art. 14-A. Fica suspensa a exigência das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus ou no Estado de Roraima de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na Zona Franca de Manaus ou no Estado de Roraima e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.” (NR)

Art. 4º O art. 5º-A da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus e no Estado de Roraima para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Roraima é o estado mais distante e isolado dos grandes centros nacionais de consumo e não conta com alternativas satisfatórias de modais de transporte que possam integrar as cadeias produtivas do estado ao restante do país.

Há ainda limitações relativas ao uso e disponibilidade de suas terras, uma vez que apenas 38% de seu território podem ser explorados economicamente. O restante está sob a posse do Governo Federal sob a forma

OB1E975B08

OB1E975B08

de reservas ambientais ou indígenas, ou como áreas estratégicas de fronteira em meio à Amazônia.

Nesse sentido, é preciso que se estabeleça uma compensação ao estado por meio de mecanismo que realmente faça diferença para o seu desenvolvimento, sob a perspectiva da sustentabilidade, com vistas à superação dos entraves que hoje impedem qualquer avanço social e econômico de sua população.

Uma das medidas aqui propostas estende a todos os produtos produzidos no estado de Roraima a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados atualmente concedida a produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental.

No âmbito do PIS/Cofins, o projeto estende ao estado de Roraima benefícios tributários que atualmente são concedidos somente a operações com bens na Zona Franca de Manaus.

Dessa forma, as medidas propostas visam compensar as dificuldades de logística e os custos de transporte para o envio da produção desse estado longínquo aos grandes centros consumidores do País, além da impossibilidade de uso fundiário do estado de Roraima em mesma escala que as demais unidades da federação.

Pedimos, assim, o apoio dos nobres parlamentares para que possamos aprovar esse projeto fundamental para o desenvolvimento do estado de Roraima.

Sala das Sessões, em   de   de 2013.

Deputado Jonathan de Jesus